
APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA DO PROJETO NEOLIBERAL DE SOCIEDADE E DE EDUCAÇÃO : A REALIZAÇÃO (PARTE II)

Adriana Almeida Sales de Melo

Resumo: Como parte da pesquisa de doutorado intitulada “A mundialização da educação. O projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela”; este texto procura explorar a hipótese de que existe um projeto neoliberal de sociedade e de educação que se consolida de formas específicas, no Brasil, na América Latina e no mundo, como elemento de um processo de mundialização do capital, modificando nossas vidas e interferindo no planejamento e realização de nossas políticas educacionais. Consideramos neste texto: a) a forma que toma a crítica ao neoliberalismo; b) o contexto político, econômico e social da origem, do nascimento do pensamento neoliberal – e porque o qualificamos como projeto; c) a sua fase de latência no cenário mundial, no quarto de século pós-guerra, auge do período fordista, quando o keynesianismo se consolida e o welfare state se instala em diversos países; d) e sua consolidação, como renascimento, no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho, a partir dos anos 70, em vários países. Este texto também investiga a realização das reformas político-econômicas dirigidas por organismos internacionais e multilaterais, criados pelo Acordo de Bretton Woods, e também pela ONU, a partir do pós-guerra, procurando situar sua ação paradigmática nas reformas econômicas e sociais, instituídas e implantadas na América Latina, a partir dos anos 70. Perguntamos aqui qual a sua relação com este projeto renovado de liberalismo num contexto de mundialização do capital; já que o neoliberalismo se constituiu especificamente contra esse consenso keynesiano.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Fordismo; Consenso keynesiano; Acordo de Bretton Woods; Mundialização

Abstract: As part of the research of the doctorate thesis “The education’s mundialization. The neoliberal project of society and of education in Brazil and in Venezuela”; this text explore the hypothesis that there is a neoliberal project of society and of education that is consolidated of specific forms, in Brazil, in Latin America and in the world, like element of a mundialization process of the capital, modifying our lives and interfering in the planning and accomplishment of our educational politics. We consider in this text: a) the form that take the criticism to the neoliberalism; b) the political, economic and social context of the origin, the birth of the neoliberal thought – and why we qualify it as a project; c) it’s latent phase in the world scenery, in the postwar years, summit of the fordism, when the keynesianism consolidates and welfare state installs in several countries; d) and it’s consolidation, like renaissance, in the context of a new international division of work, from the 70’s, in several countries. This text also investigates politician-economic’s accomplishment reforms driven by international and multilateral organisms, maids by the Agreement of Bretton Woods, and also by ONU, from the postwar, trying to situate it’s paradigmatic actions in the economic and social reforms, instituted and implanted in Latin America, at 70’s. We ask here what is its relations with this project renewed of liberalism in a mundialization context of the capital; since neoliberalism was constituted specifically against that keynesian consensus.

Keywords: Neoliberalism; Fordism; Keynesian consensus; Bretton Woods Agreement; Mundialization

Neste artigo, pretendo dar prosseguimento às indagações sobre o projeto neoliberal, apresentadas em MELO (2001); texto onde procurei apontar elementos para a discussão das origens do neoliberalismo, afirmando que este se constrói renovando argumentos do liberalismo clássico, numa direção histórica diferente, enfatizando um novo cenário econômico-político e assumindo interesses de novos sujeitos sociais no capitalismo.

Naquele texto apresentei características do pensamento de Locke, Smith, Hayek e Friedman, cujas interpretações foram se modificando ao longo das décadas, mas que continuaram centrais para justificar a ideologia neoliberal, como: o individualismo e a questão do direito de escolha dos indivíduos; a questão do valor como próprio da esfera da distribuição; a questão da propriedade, da relação das massas e do mercado com o estado e, também, da liberalização do mercado mundial.

Procurando delimitar um problema determinado de pesquisa: “como se produz hegemonia em educação”, é explorada a hipótese de que existe um projeto neoliberal de sociedade e de educação que se consolida de formas específicas, no Brasil, na América Latina e no mundo, como elemento de um processo de mundialização do capital, modificando nossas vidas e interferindo no planejamento e realização de nossas políticas educacionais.

Esta segunda parte da discussão tem como mote principal, a realização do neoliberalismo nos seguintes aspectos:

- a) a forma que toma a crítica ao neoliberalismo;
- b) o contexto político, econômico e social da origem, do nascimento do pensamento neoliberal – e porque o qualificamos como projeto;
- c) a sua fase de latência no cenário mundial, no quarto de século pós-guerra, auge do período fordista, quando o keynesianismo se

consolida e o welfare state se instala em diversos países;

d) e sua consolidação, como renascimento, no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho, a partir dos anos 70, em vários países.

Este texto também pretende apontar elementos para investigar, no mesmo movimento de liberalização e mundialização do capital que, entre outros aspectos, provocou a reestruturação do sistema monetário financeiro mundial: a realização das reformas político-econômicas dirigidas por organismos internacionais e multilaterais, criados pelo Acordo de Bretton Woods, e também pela ONU, a partir do pós-guerra, procurando situar sua ação paradigmática nas reformas econômicas e sociais, instituídas e implantadas na América Latina, a partir dos anos 70. Perguntamos aqui qual a sua relação com este projeto renovado de liberalismo num contexto de mundialização do capital; já que o neoliberalismo se constituiu especificamente contra esse consenso keynesiano.

Num próximo artigo (a parte III, ‘as conseqüências’), também como parte das investigações para minha pesquisa de doutorado - intitulada “A mundialização da educação. O projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela” - pretendo apontar elementos para a discussão dos resultados da consolidação do projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil nos anos 80 e 90.

A CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO COMO IDEOLOGIA HEGEMONIZANTE

As políticas de caráter neoliberal que nos atingiram de frente nos anos 90, no Brasil, tiveram um impacto tão forte em tantos níveis de nossas vidas que provocaram - aliadas às profundas transformações sócio-políticas mundiais que se concretizaram nos anos 80,

com o fim do 'socialismo real', o fim do desenvolvimentismo e a chamada 'crise da dívida externa' para os países em desenvolvimento; concomitantes a um movimento de aprofundamento da globalização financeira e a mudanças na composição do capital - uma debilidade, uma desesperança, uma acomodação em nossa forma de ver e viver o mundo.

O pensamento neoliberal, em suas premissas básicas, múltiplas, contraditórias e heterogêneas, atingiu as pessoas no seu cotidiano de vida e trabalho, através de uma forte penetração de seu discurso na mídia, nas ações governamentais; modificando as relações sociais de trabalho; provocando mudanças na linguagem com que as pessoas que moram nas cidades dizem seu dia-a-dia. O neoliberalismo vai ganhando um status de banalidade, de presença intrínseca e perene, tanto quanto de uma fórmula, uma receita que, finalmente, pode dar uma forma, uma organização, um direcionamento redentor para os problemas da humanidade. Aliás, as contradições sociais, os conflitos de classe, a exploração do trabalho; guerras, genocídios e atrocidades em geral começam a parecer justificados, a ter uma função mesmo de regulação dentro de um sistema mais geral que, como o próprio ser humano, seria profundamente desigual.

A mídia forma consensos. O discurso oficial da burocracia do estado gera consenso, a própria reação de diversos fragmentos sociais gera consenso. A tela da televisão se transforma num arquétipo super novo - embora já tão desgastado - na superfície mágica, lisa, brilhante, distante e confortável com a qual vemos o mundo. As outras pessoas, os problemas e conflitos, a morte dos outros em terras longínquas, a destruição e a fome de povos exóticos, enfim, todo o absurdo da existência humana no capitalismo, aparece em pequenas doses diárias de insensatez, quebrando a resistência, a vontade, a necessidade da mudança. Para o final do século que passou, um novo mundo, pós-moderno, é

proclamado e realizado. Uma cultura do 'tudo novo', da parte, do fragmento, do esfacelamento de si mesmo e do mundo. Um desencontro saudado como multiplicidade e diversidade. Um sentimento de recolhimento necessário, um desconhecimento de si-mesmo e do outro.

O ocultamento de desejos e ações. Uma névoa que encobre a resposta, a reação, a indignação causada. Encobre o fervilhar de sujeitos a discutir, a agir e reagir, disfarçado por um discurso de aceitação geral, de pensamento único. Uma ilusão de desaparecimento, de desvanecimento dos atores sociais.

Presente-se a imagem de uma sociedade civil 'gelatinosa', desagregada, até mesmo inexistente. Neste cenário que o neoliberalismo quer nos legar, somos mesmo gelatina inconsistente.

O neoliberalismo é um projeto social que também procura descaracterizar e ocultar um intenso movimento de ocidentalização, no sentido gramsciano deste termo, nos diversos países. A ação de diversos sujeitos políticos coletivos é ocultada. O processo de tomada de decisão dos estados nacionais é particularizado, a despeito do intenso discurso de globalização. A diversidade de organismos internacionais e suas redes de agências; associações e sindicatos de empresários e trabalhadores; novos e antigos movimentos sociais; todos estes sujeitos parecem desaparecer na nossa frente, sob a forma da inação frente à força do neoliberalismo.

Por um lado, um sentimento de lassidão profunda se apodera aos poucos da dimensão coletiva da humanidade, tornando transparente, imperceptível, até mesmo impossível considerar que esta dimensão social das relações entre os homens ainda exista; ou que em algum passado distante, possa ter dirigido os objetivos e as ações dos indivíduos.

Por outro lado, um reforço, um aperto, uma tensão na responsabilidade do indivíduo com a sua própria existência. A exigência de uma competição pela própria sobrevivência, para tornar-se mais possível que o outro. Mais competente, mais apto, cada vez mais desigual. Uma desigualdade natural. Um individualismo exacerbado que justifica a relativização de todas as dimensões da vida e que busca apagar de nossa memória os aspectos sociais de nossa existência. Enfim, um pensamento único e eternalizado no momento presente.

No entanto, o “pensamento neoliberal” não se restringe a uma mudança, ou mudanças no discurso político liberal, nem aos diversos aspectos da formação de consenso veiculados pela mídia ou pelo discurso governamental, ou mesmo pelo discurso dos diversos sujeitos políticos coletivos que fazem sua apologia. Dizer que é um ‘ideário’, ou uma ‘doutrina’, não está incorreto, mas pode fazer pensar que o neoliberalismo é uma falácia, uma fraude, um discurso enganoso, provocador de uma falsa consciência; ou, por outro lado, ser um mero discurso de professores de economia sem compromisso científico, produtores de panfletos sem importância ou embasamento teórico. Esta é realmente a primeira impressão que alguns textos principais de divulgação nos trazem, a nós que não concordamos com suas premissas conservadoras fundamentais, com seu discurso assumido de classe dominante e exploradora, que tenta manter esta hegemonia.

Pensar desta forma é subestimar, ou mesmo desconsiderar a força ideológica que imprime ao neoliberalismo uma materialidade, e desconsiderar também a historicidade de sua consolidação.

Incorrer numa caracterização a-crítica ou a-histórica do neoliberalismo é copiar sua própria forma de dizer o mundo.

Um dos textos principais e que tem um caráter de pedra fundamental do neoliberalismo é o ‘Caminho da Servidão’, de F. Hayek, de 1944.

O tom satírico utilizado pelo autor, assumindo inicialmente que o mesmo é um manifesto dirigido ao esclarecimento dos socialistas de todo o mundo, de todos os partidos; das questões que dizem respeito a algumas de suas categorias centrais, é uma forte provocação. O tom de denúncia deste tipo de texto pode transformar facilmente as críticas dirigidas a ele em troça, em crítica exorcizante, simplesmente em negação, desprezo ou numa tentativa de desqualificar o inimigo, da mesma forma como este pretense inimigo parece ter nos desqualificado.

O reconhecimento e a investigação da hegemonia cultural e política do neoliberalismo, assim como da dimensão econômica de sua consolidação como projeto social, são instrumentos importantes, embora não-suficientes, na construção do esboço de uma contra-hegemonia, para a formação de um projeto não-conservador, nem reformista, mas de realização do socialismo no mundo.

A análise das bases materiais e sociais do neoliberalismo ultrapassa os limites das diversas áreas do conhecimento e mescla elementos de universos distintos, quando perguntamos, por exemplo, sobre a relação entre a formação do “consenso neoliberal” – de como idéias penetram no estado, tanto nos níveis de sua burocracia estatal quanto nos diversos grupos da sociedade civil, e começam a fazer parte de sua própria feitura – e a proclamada crise de acumulação do capitalismo dos anos 70, que encerrou os gloriosos anos do fordismo e do desenvolvimentismo.

A discussão central proposta nestes textos, e que também faz parte da pesquisa de doutorado que a gerou, procura mostrar a dialeticidade entre a) a afirmação do neoliberalismo como projeto social que se consolida mundialmente a partir dos anos 70 como hegemônico; porque imprime um caráter tanto de dominação, de poder econômico-social; quanto de direção política e cultural, no sentido de formação de uma nova civilização, de renovações culturais

dentro do próprio capitalismo; b) e os resultados da crise de acumulação capitalista no pós-guerra.

O FORDISMO E O CONSENSO KEYNESIANO. CONTRADIÇÕES DO LIBERALISMO NO SÉCULO XX.

O fim da II Guerra Mundial traz profundas transformações tanto no desenvolvimento das forças produtivas quanto nas relações sociais de produção capitalistas, provocando mudanças na divisão social internacional do trabalho. Nas agendas econômicas e políticas nacionais, acordos e compromissos são firmados para incentivar a reconstrução e permitir a criação de condições favoráveis para um novo crescimento dos países.

Uma civilização urbana industrial se recompõe e estabiliza no ocidente, pautada: tanto no fortalecimento das classes sociais fundamentais do capitalismo, a burguesia e a classe trabalhadora; quanto na incorporação cada vez mais intensa da ciência e da tecnologia como forças produtivas principais do capitalismo; e, também, na necessidade de reestruturação dos fundamentos da democracia burguesa, da democracia liberal. Nesta época, a preocupação com o fortalecimento dos estados nacionais, aliada a uma necessidade de estimular o crescimento dos mercados nacionais e do comércio internacional conviveu com o receio de que os efeitos perversos de uma competição e crescimento acelerados destes mercados provocassem impedimentos para a reconstrução dos países.

A análise dos 30 anos de crescimento do capitalismo do pós-guerra envolve como elementos centrais, 1) tanto a consolidação do fordismo, como esteio de uma nova fase de acumulação capitalista, 2) quanto a formação do consenso keynesiano, simbolizado pelo Acordo de Bretton Woods e que gerou as políticas que consolidaram o welfare state. Para a América Latina, este processo também desencadeou os anos do desenvolvimentismo.

Estes também foram os anos da Guerra Fria, quando a possibilidade de realização do socialismo paira sobre os centros de dominação capitalistas mundiais, acirrando as condições do conflito entre as classes sociais, dando novos alentos à classe trabalhadora que se organizava, fortalecia e ganhava novas qualidades no fordismo; ameaçando a hegemonia do próprio sistema capitalista.

Uma nova divisão social do trabalho se realizou nas mudanças do industrialismo e da democracia no período do fordismo.

Além de representar mudanças na forma e no conteúdo da organização do trabalho, na esfera da produção industrial, o fordismo catalisa mudanças no próprio modo de produção social capitalista.

A esteira de produção em massa fordista se torna um símbolo de mudanças na administração da produção industrial mas, mais do que isto, implica em novas relações sociais, cujas conseqüências mais gerais são:

1) A incorporação de uma racionalidade científica e tecnológica no trabalho e na vida; a) exigindo novas qualificações para a classe trabalhadora; b) e provocando uma mudança essencial na própria composição do capital, como o aumento da necessidade de capital relativo; 2) o aumento acelerado da concentração econômica nos países industriais dominantes; a) provocando a formação de monopólios, cada vez mais abrangentes, em contraste com a apologia liberal da livre concorrência e do mercado livre; b) aumentando os níveis de socialização do trabalho, representado pelo aumento da organização massiva dos trabalhadores; c) disseminando cada vez mais um movimento de apropriação privada dos frutos desta nova fase de acumulação e crescimento capitalista, indicado tanto pelo aumento dos níveis de concentração de renda nacionais quanto internacionais. 3) Em concomitância com estas

duas conseqüências, as relações de poder no Estado também se modificam, a) tanto pelo acirramento dos conflitos sociais, das lutas entre as classes sociais com interesses contraditórios; b) quanto pela reação da classe dominante no sentido de redirecionar o aparato burocrático estatal para a gestão destes conflitos, a fim de realizar seu projeto social hegemônico particular; c) movimentos que provocam uma crise de legitimação da burocracia estatal no capitalismo, cuja saída foi a montagem de um consenso, procurando articular interesses e demandas da classe trabalhadora e do capital em seu conjunto. Esta socialização da participação política é um movimento social contraditório, na medida mesma em que revela, também, uma apropriação privada do poder.

Em suma, o fordismo provoca um forte movimento de ocidentalização num mundo que vivenciava a passagem de duas guerras mundiais, causadoras de grandes perdas econômicas e sociais, mesmo para os países vencedores.

Problemas gerados nos anos 20 e 30, mais especificamente:

“(...) as restritivas políticas de troca e comércio que seguiram o rastro da Primeira Guerra Mundial; a depressão econômica espalhada pelo mundo inteiro nos anos 30, exacerbada por estas políticas; o crescimento de formas virulentas de nacionalismo econômico (incluindo o fascismo), que emergiram durante a depressão; e a conseqüente eclosão da Segunda Guerra Mundial” (KIRSHNER, 1996:x);

aliados ao medo de sua reincidência; provocaram ações, principalmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, no sentido de reestruturar o sistema financeiro internacional, na direção da reconstrução do mundo no período pós-guerras.

Entre os anos de 1941 e 1944, como nos conta Margaret Garritsen de Vries (1996), se articulou, do lado norte-americano, um Comitê Inter-Americano, integrado por assessores e representantes do Departamento do Tesouro, do Departamento de Estado e do Export-Import Bank (com H. D. White), apoiados em suas proposições pelo Congresso Americano. Do lado do Reino Unido, um grupo de assessores do Tesouro Britânico (com J. M. Keynes), posteriormente acrescido de economistas do Federal Reserve Board, do Departamento de Comércio e outras agências governamentais, apoiados em suas proposições pelo Parlamento Britânico. Estes grupos se articularam num esforço institucional, para construir e adequar um plano de estabilização pós-guerra, um acordo monetário capaz de apoiar a estabilização da balança de pagamento dos países, e que não ferisse as suas autodeterminações. Um esforço de criar um sistema de trocas estável, sem a rigidez do padrão-ouro, fundado numa relação entre moedas nacionais estáveis.

Em outras palavras, um intenso debate se realiza entre a necessidade de reconciliação da liberdade de comércio e competição, aliados à necessidade de se manter um nível crescente de desenvolvimento econômico e pleno emprego. De um lado, protecionistas, interessados em fortalecer a autonomia de decisões nacionais em suas relações com os interesses públicos e privados e, ao mesmo tempo, recompor a força das burocracias estatais; do outro, defensores do comércio liberal, num paradoxo entre a necessidade de um mercado livre e o receio da geração de intensos desníveis produtivos e de comércio, o que poderia levar, novamente, a uma fase de estagnação de lucros. Todos se indagam “o quanto de soberania os países estariam preparados para delegar para uma instituição internacional e uma carta internacional” (REISMAN, 1996:86).

Após estes anos de articulação e negociação política, encabeçados principalmente pelo Governo Roosevelt, que também iniciou

negociações bilaterais com diversos países, inclusive com o Brasil; chegou-se à composição de dois planos principais. O Plano [dos Estados Unidos] para um Fundo de Estabilização Internacional, e o Plano [do Reino Unido] para uma União Esclarecedora Internacional (International Clearing Union), que continham características similares: a) uma responsabilidade internacional na paridade das moedas nacionais e eliminação das restrições de troca nas transações destas moedas; b) o ajuste na balança-de-pagamentos a ser feito tanto nos países com déficit quanto nos países com excedente; c) uma discussão sobre a diferença nos níveis de responsabilidade que os países superavitários teriam neste ajuste e no montante e condições para a assistência financeira para os países deficitários (BERNSTEIN, 1996).

Afinal, em 1944, a Secretaria de Estado norte-americana convida 44 governos para enviar representantes para uma Conferência, com o propósito de formular propostas definitivas para a criação de um Fundo Monetário Internacional e um possível Banco de Reconstrução e Desenvolvimento. Nos EUA, em New Hampshire, no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, reuniram-se 730 representantes dos 44 países convidados, agentes representantes e especialistas das potências Aliadas e, também, de países não-aliados e territórios dependentes (VRIES, 1996); para discutir a promoção de um reordenamento mundial dos mercados e finanças, criando condições para o desenvolvimento dos estados nacionais. O Acordo de Bretton Woods, resultado desta Conferência, só seria aprovado em 1945, pelo Presidente Truman.

Mais do que um Acordo “para administrar taxas de câmbio e balanças de pagamento” (EINCHENGREEN, 1998:7), na forma de um sistema monetário internacional; o objetivo de promover um crescimento econômico global, fortalecendo a cooperação internacional por meio da criação de uma economia mundial aberta, foi concretizado na criação de três instituições:

“(...) o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (o Banco Mundial, BM), e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O FMI foi designado para promover uma economia aberta mundial, encorajando a cooperação monetária, a conversibilidade das moedas, a liquidez internacional e a eliminação das restrições de câmbio, todos vitais para a expansão do comércio e investimento estrangeiros. O Banco Mundial foi fundado para encorajar investimentos estrangeiros diretos, provendo garantias para os investidores privados, participando em empréstimos privados e, quando o capital privado não estivesse disponível em termos razoáveis, investindo seu próprio capital. O GATT foi designado para promover uma economia mundial aberta, proporcionando um conjunto de regras para a liberalização do comércio internacional numa base multilateral.” (KIRSHNER, 1996:x)

Podemos acrescentar a esta lista de intenções e objetivos, a contribuição para promover e manter altos os níveis de emprego e renda real, bem como o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros (do FMI), como objetivos primários de sua economia política.

Este acordo simbolizou e imprimiu uma direção consensual entre uma multiplicidade de países em diferentes fases de desenvolvimento, o chamado “consenso keynesiano”; porque foi baseado no plano proposto por Keynes, de acordo com suas teorias econômicas, em que a autoridade política, o estado, age para regular um universo de atividades privadas, com o intuito de preservar seus resultados.

O planejamento econômico se torna o instrumento por excelência da burocracia estatal para a gestão do próprio mercado,

garantindo a sua realização no sentido da acumulação capitalista: a) gerindo tanto a reprodução ampliada do capital; regulando as funções do mercado no sentido de evitar danos aos investimentos; b) quanto a reprodução ampliada do trabalho, negociando o pleno emprego e regularizando as condições de trabalho; c) e, também, mudando a forma das relações de poder no estado, modificando o estado em sentido restrito para atender às demandas de socialização da participação política; incorporando demandas da classe trabalhadora; reconhecendo, deste modo, os conflitos entre as classes sociais e a necessidade de negociação.

Este processo teve como direção política-econômica o próprio governo norte-americano, no sentido de que “(...) não foi o capital das corporações norte-americanas que deu início à fase de expansão material da economia mundial capitalista no pós-guerra; o keynesianismo militar global do governo norte-americano é que o fez.” (ARRIGHI, 1996:316)

Esta “revolução” keynesiana, articulada com o próprio fordismo, tomou um sentido de aprofundar o desenvolvimento do modo de produção social capitalista, levando-o, gradualmente, a um nível mais complexo de organização econômica e social, envolvendo em seu movimento histórico as dimensões da ciência, vida e trabalho.

As conseqüências mais diretas desta articulação histórica entre o fordismo e o keynesianismo no quarto de século pós-guerras foram as mudanças nas forças produtivas – com a incorporação cada vez mais intensa da ciência e da tecnologia na indústria, principalmente, modificando as necessidades de qualificação da força de trabalho e do exército industrial de reserva – e nas relações sociais de produção – modificando tanto as relações de dependência econômica e política entre os países quanto as suas estruturas normativas jurídicas e a montagem das suas burocracias estatais, redimensionando suas relações entre o público

e o privado. Também ocorreu um incremento na composição de uma sociedade urbana industrial, tornando patente o reforço a uma multiplicidade de movimentos de grupos sociais, como associações representativas e sindicatos de trabalhadores e empresários, exigindo novos espaços de representação.

No processo de reordenamento das relações sociais internacionais de produção e de poder, a época da Guerra Fria foi também de independentização, de descolonização em todo o mundo, interferindo no ordenamento keynesiano baseado no poder financeiro e militar dos países industriais dominantes, encabeçados pelos Estados Unidos.

Diversas condições associadas, a partir desta época, provocaram uma onda de desenvolvimento industrial em muitos países: a) uma alta liquidez nas finanças internacionais (isto é, a facilidade de alguns países em transformar seus investimentos em moeda corrente rapidamente); b) uma facilidade cada vez maior de se emprestar este dinheiro, impulsionada pela criação das instituições de Bretton Woods, que regulavam e se preocupavam em criar as condições para que os países, inclusive países dependentes, territórios e colônias, tivessem condições de pedir e aceitar estes empréstimos; c) uma facilidade, também, de investir diretamente este dinheiro em empresas multinacionais, instaladas principalmente nos países dependentes, produtores de matéria-prima e com mão-de-obra mais barata e menos organizada.

Na América Latina, entre os anos 50 e 60, foi desencadeado um período de desenvolvimentismo, causado tanto por empréstimos quanto por investimentos externos diretos (IED), voltados principalmente para a indústria básica e infra-estrutura. Embora cada estado-nação tivesse seus sistemas particulares institucionais de organização jurídica e financeira bastante delimitados e setorizados, nestas décadas; tanto os empréstimos quanto os IED: a) construíram uma vasta estrutura de

indústrias e empresas multinacionais nos países latinoamericanos, interferindo nas decisões internas de cada país, participando da correlação de forças sociais destes países; b) incentivando a ampliação e criação de condições estruturais básicas para a formação de uma forte burocracia estatal; c) e se vinculando às necessidades de equilíbrio das balanças-de-pagamento nacionais.

Outra das conseqüências das intensas mudanças na forma de acumulação do modo de produção social capitalista foi a montagem do welfare state, do estado-do-bem-estar-social, nos 25 anos do pós-guerras, nos países industriais dominantes, que reforçou as estruturas da sua burocracia estatal, na criação de uma extensa rede de proteção social.

No entanto, para os países dependentes, este discurso de proteção social se realizou na forma de ações setoriais, e não da formação de uma rede integrada de ações. Agências estatais de proteção social com projetos específicos, nem sempre orientados pela sua continuidade, foram se articulando como parte do processo de formação das burocracias estatais na América Latina.

Em coletânea de artigos que vão de 1968 a 1987, Furtado (1987) argumenta que a ordem econômica internacional do pós-guerras foi regida pela tutela do estado norte-americano, como “sistema de decisão” central do poder e da economia; cujos traços principais seriam: a) o desmantelamento das barreiras protecionistas, aliado ao processo de independentização de diversos países, o que favoreceu o intercâmbio de produtos manufaturados, embora nos países dependentes e de indústria incipiente, as exportações continuassem a se basear em matérias-primas, caracterizando uma grande heterogeneidade tanto no nível da industrialização, quanto da formação dos mercados internos destes países; b) a penetração das empresas norte-americanas no exterior, caracterizadas por seu estilo de

vanguarda tecnológica e de economia de escala, associados a um

“(...) fácil acesso a abundantes recursos naturais, pela concepção privatista da propriedade das fontes dos recursos não renováveis, pela organização de grandes empresas capacitadas para atuar em um espaço continental, pela escassez relativa de mão-de-obra, elevados salários e padrões de consumo altamente diversificados.” (FURTADO, 1987:123)

Nos anos 60, depois de 15 anos de políticas protecionistas, associadas tanto ao controle norte-americano da liquidez mundial, quanto ao aumento e supremacia de seu poderio militar; o capital – tendo como fração dominante as empresas e corporações norte-americanas fortemente transnacionalizadas – já tinha as condições e a necessidade de se movimentar, no sentido do aumento da acumulação, para fora das fronteiras do “consenso keynesiano”. As

“altas finanças privadas” norte-americanas já tinham se lançado para dentro dos mercados nacionais, fortemente regulados e delimitados nacionalmente por suas correlações de forças internas, provocando, em seu movimento de integração das economias centrais “uma homogeneização dos mercados, com convergência dos níveis de produtividade e dos padrões de vida.” (FURTADO, 1987:124)

Para toda esta época em que prevaleceram as políticas econômicas fundadas no consenso keynesiano, podemos falar de um ‘liberalismo regulado’. A direção liberal de fortalecimento, diversificação e ampliação do mercado vai se consolidando como pano de fundo tanto para a) o fortalecimento dos estados nacionais no pós-guerras, fortalecendo e homogeneizando seus mercados internos num movimento de integração do mercado internacional; b) para o fortalecimento das burocracias estatais e das

diversas instâncias da democracia representativa, tanto nos países dominantes quanto nos países dependentes; c) para a criação de sindicatos trabalhistas cada vez mais potentes e presentes; d) para a ênfase num planejamento econômico público; e) quanto para a montagem do welfare state.

O próprio consenso keynesiano criou as condições para um novo tipo de liberalização do capital e do trabalho, que se instalou nos anos 70 em todo o mundo.

A CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO COMO REALIZAÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL NA ÓTICA DO CAPITAL

No final dos anos 60, os EUA, principal e hegemônica potência mundial, estavam envolvidos com uma dívida interna alta e déficits crescentes na balança-de-pagamentos, causados também pela própria transnacionalização de grandes empresas, num movimento que descentralizou o sistema de produção norte-americano. Furtado argumenta que

“a contrapartida da alta rentabilidade proporcionada pela transnacionalização consistiu em que os investimentos dentro dos Estados Unidos fizeram-se menos atrativos, o que se traduziu, desde os anos sessenta, num coeficiente de desemprego da mão-de-obra muito superior ao que prevalecia nos demais países industrializados.”
(1987:163)

Como fato não menos relevante, os EUA também estavam envolvidos com o financiamento da guerra do Vietnã, investindo na área de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia militar, o que contribuiu, em grande parte, para diminuir as reservas de ouro do Forte Knox.

Em meio a estes desequilíbrios, em 1971, os EUA suspendem, unilateralmente, o padrão-ouro de convertibilidade do dólar, moeda de troca já utilizada internacionalmente e preferida pelos bancos e empresas; dando início à demolição de todo o rígido sistema monetário de câmbio (e crédito) fundado na paridade com o valor do ouro e fundado, também, nas garantias de estabilidade monetária devidas, em grande parte, às instituições de Bretton Woods. A partir de então, as ‘moedas correntes nacionais’ perdem o lastro da regulamentação proporcionada pelo consenso keynesiano e os países se esforçam para se adequar às variações de um mercado financeiro que começa a criar um volume de investimentos cada vez maior.

Nos anos 70, enquanto os países dominantes geravam estes investimentos, países dependentes emprestavam este volume crescente de finanças e se modificavam para reinvesti-las e possibilitar o pagamento destes empréstimos, o que definia características distintas em suas formas de acumulação capitalista.

Na América Latina, a dimensão e o ritmo de industrialização no pós-guerras esteve fortemente caracterizado pela presença das empresas transnacionais, multinacionais; envolvidas num sistema de substituição de importações, associado à exportação de produtos não-manufaturados, de matéria-prima; processo que, apesar do sobreendividamento crescente destes países, continua gerando desnível nas suas balanças-de-pagamentos. Um desnível crônico, estrutural.

No entanto, uma pergunta muito simples precisa ser sempre trabalhada para entendermos tanto o grande estímulo desenvolvimentista quanto o crescimento e intensificação do mercado financeiro mundial: de onde veio esta alta liquidez, este capital circulante, de onde veio tanto dinheiro? Como ele começou a circular tão livremente por todo o mundo? Porque os estados nacionais fortaleceram o movimento de acumulação do capital?

Vários elementos interrelacionados constituem esta história; para além de uma direção exclusivamente monetarista, como preferem as explicações liberais. Priorizamos os seguintes movimentos:

a) Uma verdadeira revolução no modo de produção social capitalista, no sentido da incorporação cada vez maior e mais intensa da ciência e da tecnologia, como forças produtivas principais, nas diversas fases de realização do capital. O fordismo impulsionou décadas de mudanças, não só de progresso técnico, e de novas formas de organização de trabalho na indústria, mas também imprimindo novas qualidades ao processo interligado das fases de produção, distribuição e circulação de mercadorias e do próprio capital. O desenvolvimento de novas máquinas e materiais, bem como a exigência de novas qualificações do trabalho humano para o seu uso; tanto quanto as necessidades de uma nova organização do trabalho; exigem mudanças nas relações sociais como um todo, novas formas de sentir, pensar e agir. As dimensões da distribuição e circulação se integram a novas formas de relação de consumo, de necessidades de consumo e de criação destas necessidades de consumo, que interferem cada vez mais diretamente na esfera da produção.

b) A reprodução ampliada do capital se desdobra no fortalecimento do capital privado e no fortalecimento da esfera pública nos países. O crescimento dos investimentos externos diretos se traduz no aumento do número de multinacionais instaladas nos países dependentes, cujos governos também contribuem para facilitar o fortalecimento do capital privado, tanto nacional quanto internacional, em condições históricas específicas: tanto criando condições mais propícias para o envio de lucros para as matrizes das empresas multinacionais, quanto investindo em infraestrutura pública, regulando a cobrança de impostos, no sentido de favorecê-lo e, mais ainda, emprestando e investindo

dinheiro público para compor o capital das empresas privadas. A industrialização do pós-guerras nestes países, especificamente na América Latina, encontra também um entrave no próprio processo de substituição de importações, caracterizando estes países como exportadores de matéria-prima, o que contribui para manter antigas estruturas sociais de poder. Aliada a estas providências mais diretas, o fortalecimento das agências públicas voltadas para a proteção e previdência social, com um intenso investimento em saúde, educação e previdência; incrementa a participação do salário direto na esfera do consumo de mercadorias, intensificando e mudando a forma dos mercados internos nacionais, fazendo, também por esta via, com o que o capital privado se fortaleça. Além destes movimentos, é também nos anos 70 que se inicia um processo de crescimento do setor financeiro mundial, aprofundando as formas de internacionalização vivenciadas até então no capitalismo.

c) A reprodução ampliada do trabalho também se fundamenta nas realizações do welfare state e, nos países dependentes, adquire características especiais, provocando mudanças nas relações de assalariamento. O desemprego começa a crescer, se tornando, nos anos 70, quase parte estrutural das relações sociais de produção capitalistas, e um exército industrial de reserva, cada vez mais desqualificado para enfrentar as exigências das sociedades urbanas industriais, se acumula na periferia dos grandes centros. A crescente diversificação da produção provoca necessidades de qualificação para o trabalho cada vez mais heterogêneas, a depender dos setores produtivos, da posição das empresas e, especificamente, da posição dos países na divisão internacional do trabalho e do capital.

Enfim, nos anos 70, as barreiras, os limites nacionais começam a se dissolver, em ritmos históricos diferentes para os diversos países, em relação à sua posição na divisão internacional do trabalho e do capital.

A iminência da desmontagem do consenso keynesiano, no entanto, não significou a extinção das agências criadas pelo acordo de Bretton Woods. Tanto o FMI, quanto o Banco Mundial, por exemplo, foram se modificando, alterando seus objetivos estratégicos e formas de ação, para continuar financiando a reprodução ampliada do capital e do trabalho.

A proposta inicial de criação destas instituições era a de reequilibrar, eventualmente, pequenos problemas de balança-de-pagamentos, via empréstimos levantados em cooperação com seus diversos membros, a partir das determinações e objetivos internos de cada país; numa época em que “a preservação da estabilidade interna, a um nível de atividade próximo do pleno emprego, em face das pressões desestabilizadoras externas, passara a ser uma norma incontestada de boa política econômica” (FURTADO, 1987:224), de acordo com os preceitos keynesianos.

No entanto, entre os anos 60 e 70, estes empréstimos começam a extrapolar esta função de equilíbrio interno inicial e passam a fazer parte dos próprios investimentos nacionais públicos e privados dos países dependentes, incrementando sua industrialização e fazendo crescer descontroladamente sua dívida externa.

O sistema de crédito criado pelo Acordo de Bretton Woods acaba por fortalecer, cada vez mais, os próprios credores. O repasse dos juros e a sobrevalorização do dólar até o início dos anos 70 reforçaram e consolidaram o forte processo de transnacionalização, não só das empresas norte-americanas, mas também dos bancos, fazendo com que a esfera financeira começasse a criar um poder de pressão política-econômica cada vez maior na correlação de forças sociais de cada país.

Já a partir dos anos 70, os desajustes econômicos passam, cada vez mais, a ser encarados como de responsabilidade de cada

país, uma espécie de incompetência interna da realização capitalista de lucros.

As agências financiadoras começam a impor condições de direcionamento econômico cada vez mais específicas para os empréstimos e, enquanto isso, os juros destas dívidas começam a aumentar a curto prazo. Estas novas condições provocam a necessidade de mudanças nos padrões de investimento e pagamento da dívida pelos países, exigindo a implementação de políticas de crescimento e desenvolvimento com características mais homogêneas, eficientes e contínuas, no sentido de possibilitar o envio de pagamento dos juros das dívidas.

Assim, nos anos 70, os países dependentes se envolvem com um volume de empréstimos cada vez maior, com juros crescentes a curto prazo e se submetendo à interferência externa das agências e bancos credores.

O crescimento acelerado na industrialização dos países latinoamericanos vem atrelado, também, a mudanças nas características dos investimentos externos diretos, traduzidos na instalação e implantação de empresas multinacionais, o que, por sua vez, permitiu o crescimento do mercado interno para os bens produzidos por estas empresas.

Neste período, as agências de bem-estar-social públicas ampliam sua cobertura nos países dependentes; fortalecendo instâncias diversas da burocracia estatal que, por sua vez, se instrumentaliza cada vez mais para prestar estes serviços de assistência e seguridade social.

É também nos anos 70 que, em muitos países, as organizações e sindicatos de trabalhadores e empresários se consolidam, definindo de forma cada vez mais específica seus projetos de sociedade. As diversas organizações da sociedade civil adquirem, mesmo nos países que vivenciavam regimes de governo ditatoriais, mais clareza no direcionamento de suas demandas e começam a promover

movimentos de pressão na exigência de maiores espaços de representação na burocracia estatal.

A adoção de um regime de câmbio flexível, o aumento vertiginoso do volume de operações financeiras em todo o mundo, a especulação sem freios nem lastro monetário,

“a perda, para a maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias” (CHESNAIS, 1996:34);

tudo isto nos permite afirmar que, no final dos anos 70, estavam presentes, de forma irreversível, as condições para a liberalização e desregulamentação do capital e do trabalho.

O neoliberalismo ressurgiu nesta época como uma reação liberal conservadora, contrária ao keynesianismo, também fundada numa visão economicista, centrada no interesse dos indivíduos; na liberalização do mercado; na restrição das funções do estado a uma administração mínima, contra o protecionismo; na restrição às diversas formas de corporativismo, associações e sindicalização da classe trabalhadora e, também, contra o socialismo, ou contra qualquer forma de ‘coletivismo’.

Retomando um pouco da história do neoliberalismo, cujas características procuramos expor de forma mais analítica em Melo (2001), lembramos que: em 1947, se reuniram em Mont Pélerin, empresários e intelectuais liberais interessados em formar uma frente liberal contrária ao processo que já estava há alguns anos em gestão, de integração de interesses nacionais para a recuperação da capacidade de crescimento e da acumulação do capitalismo no pós-guerras.

Interessados na possibilidade de criação de um fundo internacional e de um sistema de créditos que promovesse tanto a reconstrução quanto a recuperação do desenvolvimento, diversos países, em especial o Reino Unido, aceitaram a acolhida norte-americana e, tutelados pelo poder vitorioso dos EUA, nos anos 40, como vimos anteriormente, os países capitalistas rejeitaram os conselhos neoliberais; adotando um liberalismo com uma face protecionista, de planejamento regulado da economia e de participação social regulada.

Se o keynesianismo tinha como uma de suas premissas econômicas básicas para a manutenção do crescimento da acumulação capitalista: a necessidade do aumento do nível de emprego e salários, regulada e intensificada por um poder estatal centralizador e planejador, que acarretaria em novas demandas e investimentos nos mercados internos o que, ao mesmo tempo, faria crescer o desenvolvimento capitalista e aumentar os níveis de justiça social; o novo liberalismo, retomando argumentos do liberalismo clássico, reafirma que: a anarquia do mercado, realizada nos preços das mercadorias é, paradoxalmente, a ordem racional mais complexa e completa, a única capaz de dar conta de uma multiplicidade de conhecimentos dispersos, é a própria base do sistema capitalista.

O neoliberalismo vai se consolidando como um projeto de conformação social propício para legitimar o crescimento intenso da esfera financeira, que apontava os rumos para a acumulação capitalista mundial. O ‘compromisso de classe’ que também funcionava como base para o consenso keynesiano, estabelecendo limites e possibilidades para a representação democrática, está destruído pela clareza com que o capitalismo revela que quem pagará os custos da acumulação serão os assalariados e os desempregados e não os proprietários do capital (PRZEWORKSKY, 1988).

Os governos de Thatcher e Reagan são emblemáticos da consolidação de tais mudanças no sistema de acumulação capitalista entre os anos 70 e 80. O capitalismo se justifica e legitima nesta retomada neoliberal, como uma “ordem espontânea e ampliada”, criada por um mercado competitivo, como propunha Hayek, um de seus projetistas iniciais, entre os anos 30 e 40. O neoliberalismo procura fundamentar o próprio movimento econômico numa direção que parte da liberdade de escolha dos indivíduos, de suas escalas parciais de valores, seus interesses e méritos, para a formação das instituições. O próprio conflito social é negado a partir deste vetor individualista. A mercadoria expressaria concretamente o próprio valor, que é confundido com as necessidades e desejos de consumo dos indivíduos. A sobrevalorização das esferas da distribuição, da circulação e do consumo de mercadorias, ocultando a esfera da produção, encobre também que a criação de riquezas se dá a partir das formas históricas-sociais do trabalho humano; numa tentativa de apresentar o capital como origem do trabalho. De uma forma mais concreta, tentando apresentar o dinheiro, o lucro, a proeminência da acumulação financeira, como o objetivo primordial dos interesses dos indivíduos.

O neoliberalismo também procura dirimir o papel econômico do estado em sentido estrito, reduzindo a sua necessidade às funções de repressão, de segurança e de legitimação jurídica-institucional; atacando o seu papel de regulador de políticas que interfiram no mercado. Anti-intervenção, anti-proteção e contra a participação de agentes controladores nos mecanismos de auto-regulação do próprio mercado que, se deixado funcionar livremente, segundo os mais clássicos preceitos do *laissez-faire*, seria a expressão mais organizada, harmônica e justa da própria sociedade humana.

Deste nosso ponto de vista histórico de começo de século, podemos afirmar que o neoliberalismo se tornou base ideológica do projeto social dos setores mais conservadores do capitalismo mundial e que, a partir dos anos

80, se concretizou em estratégias de implementação econômico-políticas mundiais, se tornando o projeto hegemônico que consolidou o processo de mundialização do capital. Suas premissas fundamentais se encaixam às decisões e ações de sujeitos-políticos coletivos variados, se compondo de posições das mais heterogêneas, com especificidades históricas locais, acompanhando os movimentos de condensação da correlação de forças sociais nos diversos países.

A partir dos anos 80, vivenciamos a implantação real desta ofensiva conservadora neoliberal. A aliança do governo norte-americano com a fração dominante do capitalismo mundial - as empresas e bancos privados norte-americanos - inaugura uma época de intervenção política cada vez mais clara dos governos dos países ditos do ‘primeiro mundo’, em favor destes mesmos interesses privados, excluindo deste sistema grande parte da população mundial. É nesta época que estes países começam a adotar políticas cada vez mais restritivas em relação às suas importações, ao mesmo tempo em que lançam mão de ações protecionistas quanto aos seus mercados internos. As taxas de juros começam a aumentar vertiginosamente e cria-se uma insolvência para os países devedores que beirou à falência; foi a chamada “crise da dívida”.

“A quadruplicação das taxas de juros reais ocorrida entre 1979 e 1982 obrigou muitos países do Terceiro Mundo a dedicar uma parcela substancial do valor de suas exportações ao pagamento de juros a bancos norte-americanos. Dessa forma, países de baixo nível de renda, com grande parte da população em condições de miséria absoluta, foram transformados em exportadores líquidos de recursos reais para os Estados Unidos.” (FURTADO, 1987:239)

As instituições principais criadas pelo Acordo de Bretton Woods com o intuito declarado de promover uma cooperação internacional, por meio de uma economia mundial aberta, assumem cada vez mais claramente sua defesa do projeto neoliberal, fundado na ótica do capital, representado em sua fração dominante pelas empresas e bancos e pelo próprio governo norte-americanos. O FMI e o BM, sob a interferência direta dos Estados Unidos, transformam seus empréstimos em investimentos futuros, protegendo prioritariamente seus investidores privados. A direção neoliberal de seu projeto social inclui a implementação, pelos países devedores, de políticas estatais de desestatização e privatização; desregulamentação institucional política e econômica, inclusive das relações de trabalho; da abertura das políticas econômicas e dos sistemas financeiros nacionais, a favor do capital financeiro internacional.

Moraes (2002), em texto para os Cadernos Diplô, dedicado ao II Fórum Social Mundial, argumenta que os 3 monopólios em cuja conquista se baseia o estado moderno: o monopólio da produção da norma jurídica, da extração e uso coletivo de parte do excedente econômico e da coerção legítima; passam a ser delimitados, reduzidos ou monitorados estreitamente por “autoridades” políticas supranacionais – credores sem rosto e entidades multilaterais reguladoras ou chanceladoras, como o BM, o FMI e a OMC.

As duas últimas décadas do século XX foram de fortalecimento do processo de mundialização do capital, numa nova divisão internacional do trabalho, obrigando os países devedores a se submeter a políticas de ajustes econômicos e reformas institucionais, sob a pena de uma exclusão mais rápida do sistema.

O sabor dos que defendem o neoliberalismo é o de vitória, de engrandecimento da humanidade, de início de uma vida nova que há muito se anunciava e que tardava a se realizar. Um projeto de sociabilidade hegemônico, que teria

realizado uma utopia antiga de pleno funcionamento da sociedade. São bem contrárias a estas imposições apologéticas os resultados que já vivenciamos, em especial no Brasil, de treze anos de introdução e consolidação do neoliberalismo, desde a campanha vitoriosa para as eleições presidenciais de 1989.

No entanto, esta consolidação do projeto social neoliberal não se fez nem se faz sem resistências. Os próprios setores conservadores que apóiam o neoliberalismo, o fazem de forma seletiva; de acordo com seus interesses imediatos e particulares, como no Brasil, por exemplo, quando nos anos 80 e 90:

“os grandes proprietários fundiários se manifestam a favor do programa neoliberal, desde que este não implique o fim da intervenção estatal a favor da “agricultura” [...] A grande burguesia industrial apóia o programa neoliberal, desde que este não implique a abertura do seu setor ao capital internacional. Os grandes bancos nacionais [...] desde que esta não contemple uma abertura incondicional ao “setor financeiro” ao capital estrangeiro [...] amplos setores da classe média e das classes trabalhadoras se identificam com o programa neoliberal pelo fato de o verem como a arma mais eficaz na luta pela liquidação do Estado parasitário [...] Contudo, estes mesmos setores rejeitam a política neoliberal de “modernização”, quando esta significa a liquidação de direitos trabalhistas que os beneficiam.” (SAES, 2001:131)

Além destas resistências, que marcam a profunda heterogeneidade do conservadorismo neoliberal, movimentos mundiais e locais de resistência contra o neoliberalismo, contra a exclusão social que, concretamente, significa genocídios múltiplos numa dimensão planejada jamais imaginada; começam a considerar a

necessidade de se tornarem propositivos e ativos na sua resistência.

Num próximo texto, pretendemos apontar elementos para a discussão das políticas de ajustes econômicos e reformas institucionais impostas à América Latina, e que tiveram como conseqüências mais graves o desmonte dos estados nacionais, a destruição das conquistas democráticas e a nossa exclusão social crescente como um processo premeditado, parte deste projeto neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX** : dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

BERNSTEIN, Eduardo M. The making and remaking of the Bretton Woods Institutions. In KIRSHNER, Orin (Ed.). **The Bretton Woods-GATT system** : retrospect and prospect after fifty years. [s.l.]: Sharpe, 1996, p.89-98.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

EINCHENGREEN, Barry. **Globalizing capital** :a history of the International Monetary System. Princeton: Princeton University Press, 1998.

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 5.ed., Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

KIRSHNER, Orin (ed.). **The Bretton Woods-GATT system** : retrospect and prospect after fifty years. [s.l.] : Sharpe, 1996.

MELO, Adriana A. Sales de. Apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação (parte I). **Educação Temática Digital**, Campinas, v.3, n.1, p.63-79, dez. 2001.

MORAES, Reginaldo C. Conseguiremos barrar a barbárie? **Cadernos Le Monde Diplomatique**, São Paulo: Unesp, n.3, jan. 2002, p.26-29.

_____. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.

REISMAN, Simon. The birth of a world trading system: ITO and GATT. In: KIRSHNER, Orin (Ed.). **The Bretton Woods-GATT system** : retrospect and prospect after fifty years. [s.l.] : Sharpe, 1996, p.82-86.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. O capitalismo democrático na encruzilhada. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.22, outubro de 1988, p. 29-44.

SAES, Décio. A república do capital. *Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

VRIES, Margaret Garritsen de. The Bretton Woods Conference and the birth of the International Monetary Fund. In: KIRSHNER, Orin (Ed.). **The Bretton Woods-GATT System** : retrospect and prospect after fifty years.[s. l.]: Sharpe, 1996, p.3-18.

ADRIANA ALMEIDA SALES DE MELO

Professora do Departamento de Teorias e Fundamentos
da Educação da Universidade Federal de Alagoas,
Doutoranda em educação e pesquisadora do GEPALC,
na Universidade Estadual de Campinas.

adrsales@bol.com.br